

Conselho Municipal de Política Territorial

CMPT

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Data: 18 de março de 2021.
Horário: 17h45min (1ª convocação)
Local: Reunião Virtual Plataforma Google meets

Às 18h15min, em segunda chamada, na presença de 18 conselheiros e 3 suplentes, o presidente Silvio Drezza abriu a reunião, passando a palavra para a Câmara Técnica de Análise da Legislação Urbanística – CTALU para discorrer sobre o Plano de Bairros do Jardim Novo Horizonte feita pela representante da UGPUMA, Sylvia Angelini. O conselheiro André Ferrazzo elogiou o trabalho e fez considerações sobre as calçadas intransitáveis da região. Segundo ele, boa parte da região do Novo Horizonte foi construído após 2009, data posterior ao Decreto 21.643/09 que regulamenta e condiciona o habite-se a perfeita execução das calçadas. André também apontou que em próximos Planos de Bairro sejam incorporados temas quanto a mobilidade, propriedade ou não de veículos e quilometragem percorrida diariamente para ida ao trabalho ou escola. O conselheiro Jorge comentou que na última revisão do Plano Diretor em 2019, a questão minerária não foi levada em consideração e que atualmente houve uma flexibilização da ocupação das margens do rio Jundiáí. Apontou a extrema necessidade da areia no desenvolvimento econômico e os conflitos encontrados entre a urbanização e a extração de areia. O presidente Silvio Drezza que o assunto sobre o Plano de Bairro estava sendo desvirtuado e a conselheira Sylvia explicou para a execução do estudo a comunidade do local é ouvida de modo a apontarem as prioridades. O intuito principal do Plano de Bairros é que sejam eleitas as prioridades e apontadas maneiras de coordenar o orçamento e benefícios para a região. A conselheira Regina disse ser interessante levar o questionamento do Jorge, sobre mineração, para o superintendente da DAE e a conselheira Sylvia disse que o Plano de Bairro elaborado a todas as unidades de gestão para que tomem ciência e façam seus apontamentos. O conselheiro Nivaldo disse ser favorável a manutenção da mineração das margens do rio Jundiáí na região do Novo Horizonte e também cobrou melhores ações para que projeto do parque linear ao longo do Rio Jundiáí aconteça de maneira mais rápida. A conselheira Rosemeire disse que a Câmara Municipal chegou a discutir o aumento da largura de proteção do rio Jundiáí para 100m, ao contrário dos 30m. Mas não foi aprovado. A Zonas de Proteção Ambientais – Zepam – exigem 100m de largura. O conselheiro Alex pediu foco ao tema e a conselheira Sylvia solicitou que o CMPT formalizasse uma proposta ao Plano de Bairro apresentado. O conselheiro André sugeriu que a Câmara Técnica de Análise da Legislação Urbanística – CTALU enviasse um parecer sobre as considerações elencadas na reunião, inclusive sobre a mineração. O conselheiro Ariovaldo disse ser prerrogativa do CMPT apresentar projetos de alteração do Plano Diretor e por fim o presidente Silvio Drezza sugeriu que o assunto voltasse a CTALU para um parecer mais detalhado. Assunto foi votado e aprovado por unanimidade. Então o Sr. Presidente passou ao próximo item da pauta que trata do conflito entre a DAE e pela Associação Mata Ciliar, sobre a obra para implantação de um coletor de esgotos. Embora tenha sido convidado, o tema começou a ser debatido às 19h sem nenhum representante da Mata Ciliar. O conselheiro Wagner comentou que havia ocorrido uma grande apreensão com animais objeto de tráfico e talvez eles estivessem ocupados. Porém, às 19h10min, o representante da Mata Ciliar, Samuel, entrou na reunião online. Ao fazer suas considerações iniciais, disse que associação é favorável a obra de saneamento mas que o imbróglio foi causado devido a maneira que a obra foi comunicada e iniciada. Também convidado a participar da reunião, Martim da França Souza Ribeiro, da DAE, reconheceu o valor do trabalho da Mata Ciliar e disse que a obra está sendo realizada de acordo com projeto aprovado pela CETESB. Informou que a obra estava sendo executado há uma semana e que nenhuma intercorrência ambiental havia acontecido. O presidente Silvio Drezza informou que a CETESB sempre busca aprovar soluções que gerem o menor impacto para obras desta natureza e o representante da DAE, Martim, disse que o projeto seguiu todas as recomendações desse órgão. Realizaram a entrada gradativa para causar menor interferência na flora e fauna. Também comentou nos primeiros 10 dias de obra, conseguiram realizar cerca de 400m lineares, mas que a obra está paralisada no trecho que atravessa a área ocupada pela Mata Ciliar, devido a judicialização do processo. A conselheira Regina explicou que a causa foi judicializada devido a ameaças, inclusive de morte e

**Avenida da Liberdade, s/nº - 5º andar – Ala Sul – Paço Municipal – Jardim Botânico
13.214-900 - Jundiáí/SP - e-mail:cmptjundiai@gmail.com**

Conselho Municipal de Política Territorial

CMPT

incêndio, a funcionários e equipamentos da DAE. Um inquérito foi aberto e que o argumento apresentado pela Mata Ciliar foi que eles não estavam cientes do projeto e do início da obra. Regina informou que este terreno pertence ao Estado de São Paulo (assim como a área ocupada pela ETEC) e que a Associação Mata Ciliar não tem nenhum documento que comprove a legalidade da ocupação. Assim, comentou Regina, a Mata Ciliar tem a detenção do local e que o governo do Estado de São Paulo, ao contrário da Associação Mata Ciliar, participou de inúmeras reuniões sobre a obra e que, como legítimos proprietários da área, autorizaram o acesso e início das obras. O presidente Silvio questionou o motivo da judicialização e a conselheira Regina, disse que devido as ameaças no início da obra, foram todos parar na delegacia. O promotor Claudemir Batalini sugeriu que o parecer final sobre o tema fosse dado por um juiz, a fim de dar mais garantia aos atos. A DAE acatou a sugestão e provocou o processo. O representante da Mata Ciliar, Samuel, disse que tem acompanhado a obra e que foram avistado alguns animais durante o 1º e 2º dia de obra e que eles estavam incomodados com a movimentação e ruídos ocasionados pela obra e que poderiam ser afugentados do local e morrerem em rodovias da região. Comentou que a Associação está há quase 20 anos no local e que não há nenhum tipo de documento entre eles e o Governo do Estado que oficialize a ocupação do local e reforçou que não foram contatados sobre a obra e que acredita ter havido um desencontro de informações na informação sobre a obra e seu início. A conselheira Fernanda questionou Martim, da DAE, se havia alguma outra maneira menos invasiva para obra. A conselheira Regina respondeu pela DAE e informou que foram estudadas diversas maneiras e seguiram com a aprovação no local de menor impacto ao meio ambiente. O conselheiro Galvão disse ser o tema muito importante para a cidade, mas questionou onde o CMPT poderia ajudar. O presidente Silvio Dreza informou que o tema precisou ser colocado em pauta, pois foi provocado por um conselheiro e achou o tema pertinente. O conselheiro Jorge perguntou ao representante da Mata Ciliar se a área afetada está localizada em local de Recuperação Ambiental e questionou se não havia maneira menos impactante ao meio ambiente. O conselheiro Arioaldo comentou que em uma propriedade dele foi implantado um emissário de esgoto e que este tipo de infraestrutura de saneamento precisa necessariamente passar ao longo dos rios e nas partes baixas. Invariavelmente matas são sacrificadas, mas frisou que elas se regeneram. Reforçou que a cidade já chegou muito próximo ao local ocupado pela Mata Ciliar e disse que em breve eles deveriam se preocupar em encontrar novo local. Samuel, da Mata Ciliar, respondeu ao Jorge e disse que parte da área é sim uma área de Recuperação Ambiental e que hoje tem 2.400 animais abrigados. O conselheiro Henrique elogiou o trabalho da mata Ciliar e fez um apelo a Prefeitura a fim de que os serviços de ajuda aos animais pudessem ser preservados. O Conselheiro Danilo disse que devido a localização da cidade próximo a Serra do Japi e outros grandes fragmentos de mata, muitos animais são avistados na cidade e que uma obra de saneamento não pode ser parada devido a isto. Martim, da DAE, explicou que quando concluída a rede de esgoto, cerca de 600 casas poderão se beneficiar da rede. Inclusive a própria mata ciliar. A Conselheira Fernanda perguntou se a DAE não poderia fornecer uma nova área para a Associação Mata Ciliar. As representantes da DAE, Regina e Rosemeire, informaram que a DAE não possui áreas e tampouco podem comprar áreas para este tipo de permuta e também que a Mata Ciliar nunca pleiteou algo desta maneira. Samuel, da Mata Ciliar, disse que o Estado pretendia colocar esta área num leilão. O Estado não sabia o uso que era dado a este local e que a Mata Ciliar entrou com um processo contra o Estado para interromper o leilão. Com a ajuda de um deputado conseguiram suspender o leilão. Comentou ser muito difícil mudar de endereço, pois há muita infraestrutura realizada nos 15 hectares que ocupam. O conselheiro Nivaldo comentou que a obra aprovada pela DAE impactaria menos de 1% dos 15 hectares que eles ocupam e que, para efeitos comparativos, informou que a Cetesb autoriza a remoção de até 20% de mata em áreas da região. O presidente Silvio sugeriu que o CMPT mande um ofício sobre o tema com as considerações apontadas nesta reunião. O conselheiro André fez suas colocações quanto a interrupção da obra e recomendou que a Associação Mata Ciliar deveria permitir a obra e, devido à falta de legalidade da ocupação do local junto ao Estado, eles deveriam

**Avenida da Liberdade, s/nº - 5º andar – Ala Sul – Paço Municipal – Jardim Botânico
13.214-900 - Jundiaí/SP - e-mail:cmptjundiai@gmail.com**

Conselho Municipal de Política Territorial

CMPT

até ajudar no que for preciso a fim de que ninguém viesse a incomodá-los no futuro. O conselheiro Ariovaldo disse que a melhor saída é buscar uma conciliação que frisou que há outras áreas que passaram por este tipo de obra e que já se regeneraram. Samuel reafirmou não ser contra a obra e somente estão questionando a forma como foram informados do início. O conselheiro Alex elogiou o trabalho da Mata Ciliar e disse que devido ao pequeno percentual da área que será impactado, a Associação deveria buscar o diálogo. O presidente Silvio Drezza propôs 4 itens que foram colocados em votação e farão parte de um ofício do CMPT a DAE e Mata Ciliar.

- 1) CMPT apoia obras que venham a promover o desenvolvimento sustentável de nosso município;
- 2) Deve-se buscar técnicas de engenharia que tragam o menor impacto ambiental possível.
- 3) Para o caso de obras de saneamento, buscar sistema não destrutivo;
- 4) questões de Cunho ambiental e compensação devem tratados com o COMDEMA

Os 4 tópicos foram aprovados por unanimidade e o Sr. Presidente deu por encerrado esse item da pauta, deixando os convidados a vontade para continuar a participar da reunião.

O terceiro item da pauta foi tratar do edital de novos conselheiros e recomposição das cadeiras vazias. O Coordenador de Conselhos Zambom explicou o novo formato de votação online que já aconteceu em outros conselhos. O conselheiro Galvão comentou que há muitos conselheiros, sobretudo os indicados do Poder Público, com muitas faltas consecutivas. O presidente Silvio abriu para as considerações finais e o conselheiro Jorge, retornando ao tema anterior, elogiou o trabalho da Mata Ciliar e sugeriu que a DAE doasse uma área para eles mudarem de local. A conselheira Rosemeire, representante da DAE, reforçou que é impossível para a DAE uma operação deste formato como sugerido pelo Jorge. O conselheiro Nivaldo disse que se o Estado optar por seguir com a venda da área, o CMPT poderia sugerir a Prefeitura uma reclassificação de zoneamento da região, a fim de coibir o uso imobiliário. Então, o Sr. Presidente abriu a “Palavra Livre” aos conselheiros e, não havendo manifestação, encerrou a reunião às 20h7min e eu, Secretário do CMPT lavrei a presente ata, que assino junto com o presidente. Jundiaí, 18 de março de 2.021

André Ferrazzo
Secretário

Silvio Eduardo Drezza - Presidente